

**REQUERIMENTO Nº: 22/2020**

**REQUERER AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO  
MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE -  
MT.**

Com fundamento no que preceitua o artigo 152, inciso II do Regimento Interno da Casa, requero ao Presidente desta Casa de Leis, para que seja encaminhado esse Requerimento ao Excelentíssimo Prefeito Municipal uma explicação.

**JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal com a construção asfáltica na Avenida Brasil, está sendo feito o fechamento em algumas quadras interligando uma quadra na outra e impedindo o seguimento de algumas "Ruas" dentro do Loteamento Santo Antônio que faz o ligamento com o Loteamento Jardim Bem viver. Do mesmo modo na "Avenida Goiás" também está sendo feito o mesmo procedimento e impedindo o ligamento com o Jardim Santa Inês.

A afetação e a desafetação referem-se a finalidade do bem, ou seja, qual a serventia, qual a utilidade daquele bem público.

Quando o bem possui uma destinação específica, um fim específico, diz-se que está afetado.



Protocolo

Nº 2.122

Data 15/05/2020

Protocolo nº 35120 20

Data 14/05/20

Kilda J. Buta



De acordo com o interesse público em análise é possível a administração afetar ou desafetar um bem, podendo utilizar a forma expressa ou tácita.

Embora inexista consenso na doutrina a respeito da possibilidade de desafetação tácita, o que se tem de uniforme é a impossibilidade de desafetação pelo não-uso.

A este respeito leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“O que é inaceitável é a desafetação pelo não-uso, ainda que prolongado, como, por exemplo, no caso de uma rua que deixa de ser utilizada. Em hipótese como essa, torna-se necessário um ato expresse de desafetação, pois inexistente a fixação de um momento a partir do qual o não uso pudesse significar desafetação. Sem essa restrição, a cessação da dominialidade pública poderia ocorrer arbitrariamente, em prejuízo do interesse coletivo” (2007, p. 619-620).*

Neste contexto, muito embora a afetação e a desafetação possam dar-se de forma tácita, não é permitido presumir a desafetação de um bem público de uso especial ou de uso comum do povo pelo simples fato do mesmo não estar sendo utilizado, é necessária uma conduta da administração ou então uma lei ou ato administrativo, acompanhado de todas as formalidades legais além de cumprir todos os requisitos específicos atinentes a matéria.

Protocolo nº 35120 20  
Data 14/05/20  
Kela S. Brito



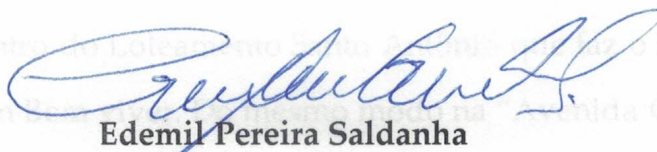
Diante do Exposto, requeiro de Vossa Excelência  
cópia do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo Municipal:

- REQUERER AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO
- a) A. firmar ato de desafetação de parte da Rua das Garças, Rua Santo Antônio e Rua Primavera todas no cruzamento com Avenida Brasil, no loteamento denominado Santo Antônio.
  - b) A. firmar ato de desafetação de parte da Rua das Flores, Rua Primavera, no cruzamento com Avenida Goiás, no loteamento denominado Santo Antônio com divisa com Loteamento Santa Inês.
- REQUERIMENTO AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL

Sendo que as áreas desafetadas passaram a incorporar os canteiros das Avenidas Brasil e Avenida Goiás, do citado loteamento.

Fico no aguardo destes documentos,

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2020.



Edemil Pereira Saldanha

Vereador - DEM.

Protocolo nº 351/20 20  
Data 14/05/20  
Folha 1 de 1  
Brito